REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

O ALDEAMENTO DE ESCADA: UMA ANÁLISE ACERCA DOS PROCESSOS HISTÓRICOS DAS GRANDES NAÇÕES INDÍGENAS

THE ALDEAMENTO OF ESCADA: AN ANALYSIS OF THE HISTORICAL PROCESSES OF THE GREAT INDIGENOUS NATIONS

Ciências Humanas, Linguística & Letras e Artes • 05/04/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/775311685

Dimison Cesar Vieira Gomes[1]

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo analisar criticamente a narrativa histórica sobre os povos originários no território de Escada, problematizando interpretações generalizantes presentes no imaginário local e nas tradições orais. Busca-se, sobretudo, compreender a origem do topônimo “Escada” e identificar os povos indígenas que habitaram a região, desconstruindo versões romantizadas e pouco fundamentadas historicamente. De natureza qualitativa, a pesquisa caracteriza-se como exploratória, documental, descritiva e de campo. Foram entrevistados 30 estudantes do 2º e 3º anos do Ensino Fundamental da Escola Municipal Gerôncio Falcão, por meio de perguntas pré-definidas e rodas de conversa, assim como uma pesquisa de campo em Baía da Traição, Paraíba. A análise dos dados ocorreu por categorização temática. Além disso, foi realizada revisão de literatura com base em autores como Galvão (1927), Silva (1995) e Pereira da Costa (1983), bem como investigação documental e observação de campo. Os resultados indicam que há uma forte presença de narrativas populares que associam o nome do município à construção de uma escada pelos indígenas, versão não sustentada por evidências históricas. A análise documental aponta que o topônimo está relacionado à devoção a Nossa Senhora da Apresentação da Escada, vinculada ao processo de catequização. Evidencia-se também que os povos Caetés foram os primeiros habitantes do território, enquanto grupos como Potiguares, Tabajaras e possivelmente Mariquitos estiveram associados ao processo de aldeamento colonial posterior. A permanência de topônimos de origem tupi reforça a presença indígena na região. Portanto, conclui-se que a história de Escada deve ser compreendida a partir de uma perspectiva crítica, que considere os processos de colonização, catequização e apagamento cultural dos povos originários. A pesquisa, realizada também para fundamentar o

processo de requalificação do Espaço Cultural Museu Cícero Dias, reforça a necessidade de valorização da memória indígena com base em evidências históricas, contribuindo para uma compreensão mais precisa e menos romantizada da formação do município.
Palavras-chave: povos originários; memória histórica; identidade cultural.

ABSTRACT

The research aims to critically analyze the historical narrative concerning the indigenous peoples in the territory of Escada, problematizing generalized interpretations present in the local imagination and oral traditions. Above all, it seeks to understand the origin of the toponym “Escada” and to identify the indigenous groups that inhabited the region, deconstructing romanticized and historically unsupported versions. Qualitative in nature, the study is characterized as exploratory, documentary, descriptive, and field-based. Thirty students from the 2nd and 3rd years of elementary education at Escola Municipal Gerôncio Falcão were interviewed through pre-defined questions and group discussions, alongside field research conducted in Baía da Traição, Paraíba. Data analysis was carried out through thematic categorization. In addition, a literature review was conducted based on authors such as Galvão (1927), Silva (1995), and Pereira da Costa (1983), as well as documentary investigation and field observation. The results indicate a strong presence of popular narratives that associate the name of the municipality with the construction of a staircase by indigenous peoples, a version not supported by historical evidence. Documentary analysis suggests that the toponym is related to the devotion to Our Lady of the Presentation of Escada, linked to the process of catechization. It is also evidenced that the Caeté people were the first inhabitants of the territory, while groups such as the

Potiguara, Tabajara, and possibly Mariquitos were associated with a later colonial aldeamento process. The persistence of toponyms of Tupi origin reinforces the indigenous presence in the region. Therefore, it is concluded that the history of Escada should be understood from a critical perspective that considers the processes of colonization, catechization, and cultural erasure of indigenous peoples. The research, also developed to support the requalification process of the Espaço Cultural Museu Cícero Dias, reinforces the need to value indigenous memory based on historical evidence, contributing to a more accurate and less romanticized understanding of the municipality's formation.
Keywords: Indigenous peoples; historical memory; cultural identity.

INTRODUÇÃO

O hino do município de Escada, de autoria da historiadora e escritora Mariinha Leão, apresenta em seus versos uma referência significativa aos povos originários do território ao afirmar: "os primórdios irmãos ameríndios / da lembrança, a bravura e o brio". Embora o trecho denote reconhecimento e exaltação da coragem e dignidade desses povos, observa-se uma abordagem abrangente que carece de maior precisão histórica.

Ao mencionar os "ameríndios" de forma ampla, o hino estimula uma reflexão sobre a diversidade étnica e cultural dos grupos indígenas que efetivamente habitaram o território onde hoje se localiza o município. No entanto, a ausência de identificação desses povos específicos revela uma lacuna relevante, sobretudo em um contexto contemporâneo que busca valorizar a memória, a identidade e o protagonismo das populações originárias de forma mais concreta e fundamentada.

Dessa maneira, embora o hino cumpra um papel simbólico de homenagem, ele também suscita a necessidade de uma análise crítica das narrativas históricas oficiais, que, por vezes, recorrem a generalizações em detrimento da valorização das especificidades culturais. Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo compreender e desromantizar a história do Município de Escada, frequentemente marcada por estereótipos e interpretações simplificadas.

Para tanto, propõe-se uma reflexão acerca da narrativa dos povos indígenas que habitaram o Aldeamento de Escada, território impactado pelos processos de colonização, com destaque para as invasões holandesas e, sobretudo, para a presença portuguesa e a atuação de religiosos católicos a partir do século XVI.

As primeiras problematizações emergem em torno da origem do topônimo Escada. A partir de uma pesquisa de opinião realizada com estudantes da Rede Municipal de Ensino, identificaram-se narrativas recorrentes que associam o nome do município à construção de uma escada em uma ladeira de barro pelos indígenas Mariquitos, Potiguares e Tabajaras, com a finalidade de acesso à um nicho dedicado a Nossa Senhora da Escada.

Tal interpretação demanda revisão crítica, uma vez que a história dos povos indígenas em Escada está profundamente relacionada ao processo de catequização e à devoção mariana, especialmente com a chegada da imagem de Nossa Senhora da Apresentação da Escada e a construção do primeiro oratório, que deu origem ao templo primitivo e, posteriormente, à atual Igreja Matriz, inaugurada em 28 de junho de 1874.

A pesquisa, de natureza qualitativa, caracteriza-se como exploratória, bibliográfica, documental, descritiva e de campo. Foram entrevistados 30 estudantes do 2º e 3º anos do Ensino Fundamental da Escola Municipal Gerôncio Falcão, utilizando-se como técnicas de coleta de dados perguntas pré-definidas e rodas de conversa sobre a temática indígena. A análise foi realizada por meio da categorização temática, permitindo identificar padrões, recorrências e significados nas falas dos participantes.

Também realizamos, no dia 15 de outubro de 2025, um estudo de caso por meio de uma visita a algumas tabas indígenas localizadas em Baía da Traição, na Paraíba, na divisa com o Rio Grande do Norte, região que abriga uma comunidade composta por 33 povos indígenas, totalizando aproximadamente 22 mil pessoas.

A experiência foi conduzida pelo guia indígena Raoni Potiguara, que nos orientou em um significativo processo de intercâmbio cultural e histórico. Essa vivência proporcionou uma profunda troca de saberes, representando, simbolicamente, uma tentativa de refazer os caminhos dos indígenas potiguares, reconstruindo memórias e compreendendo os percursos históricos de resistência e permanência dos povos originários.

Durante os diálogos estabelecidos com o professor indígena Ezequiel Maria, refletimos criticamente sobre a visão romantizada da convivência, frequentemente atribuída ao contexto de Escada, entre os povos Mariquitos, Potiguares e Tabajaras, muitas vezes representada de forma harmoniosa e desprovida de conflitos.

Paralelamente, realizou-se uma revisão de literatura com base em autores como Sebastião Galvão (1927), Edson Silva (1995) e Pereira da

Costa (1983), cujas contribuições foram fundamentais para a construção do referencial teórico e para o aprofundamento das reflexões sobre os povos originários no território escadense.

É importante destacar que a relação entre os povos indígenas e a religiosidade católica não ocorreu de forma consensual, mas esteve inserida em um contexto de colonização marcado por estratégias de dominação territorial, cultural e espiritual. A implantação de símbolos religiosos, como imagens e templos, integrou um processo de ocupação que atingiu não apenas o espaço físico, mas também as subjetividades, configurando uma dinâmica de controle social em que a catequese desempenhou papel central.

Por fim, destaca-se que esta pesquisa fundamenta o processo de requalificação do Espaço Cultural Museu Cícero Dias, que passou por significativas transformações em sua estrutura física e na organização do acervo histórico, anteriormente disposto de forma não cronológica e desalinhada do ponto de vista historiográfico. A requalificação foi viabilizada por meio de incentivo financeiro da Política Nacional Aldir Blanc, com apoio do Estado de Pernambuco e do Governo Federal.

A sala indígena do espaço expositivo foi criada com o objetivo de estruturar uma narrativa histórica coerente acerca da origem do município de Escada, adotando uma perspectiva cronológica que favorece a compreensão dos processos históricos. O percurso expositivo foi dividido em cinco banners, organizados de modo a conduzir o visitante por diferentes momentos da formação do território.

O primeiro banner apresenta o território de Escada no período anterior à colonização portuguesa, oferecendo uma representação visual aproximada do ano de 1500, com a presença dos povos indígenas Caetés. As imagens foram elaboradas com o auxílio de inteligência artificial, tomando como base analítica duas obras do artista plástico Amaro de Arruda Cabral, além de fotografias aéreas contemporâneas do relevo local, captadas por drone, possibilitando uma reconstrução interpretativa da paisagem original.

O segundo banner retrata a chegada da Ordem Franciscana ao território de Escada, por volta do ano de 1593. Essa interpretação é sustentada pelos estudos do professor Edson Silva (1995, p. 37), que, em sua pesquisa de mestrado, aponta que a presença portuguesa na região, onde posteriormente se constituiria o aldeamento de Escada, remonta ao final do século XVI, marcada pela atuação missionária e pelos primeiros contatos entre colonizadores e populações indígenas.

O terceiro banner apresenta, em sequência cronológica, marcos históricos fundamentais para a compreensão da formação do território de Escada, com ênfase nos processos religiosos, políticos e sociais que marcaram o antigo aldeamento.

Inicia-se com o ano de 1594, destacando a chegada da imagem de Nossa Senhora da Apresentação da Escada e o reconhecimento da aldeia com o título de “Virgem Augustíssima”, conforme registros da época, além da construção do primeiro oratório dedicado à devoção mariana. Em seguida, evidencia-se o ano de 1685, marco da fundação do Aldeamento de Escada, em 3 de julho, com a presença dos povos indígenas Mariquitos, Potiguares e Tabajaras.

O banner também apresenta o chamado “Marco Legal” do desenvolvimento administrativo do território, indicando a elevação de Escada à condição de povoação em 1757, a expulsão dos indígenas em 1773 e, por fim, sua elevação à categoria de freguesia em 1786, com a fundação da Paróquia de Nossa Senhora da Apresentação da Escada.

O quarto banner destaca a presença e a permanência da herança indígena no território de Escada por meio da toponímia, evidenciando como diversos nomes de lugares da região possuem origem na língua tupi-guarani.

Ao apresentar exemplos como Massauassu e Timboassu, acompanhados de seus significados, bem como uma série de outros topônimos ainda presentes no cotidiano geográfico local, o banner demonstra que esses registros linguísticos funcionam como vestígios históricos da ocupação indígena anterior à chegada dos colonizadores europeus.

O quinto banner apresenta o processo de consolidação institucional, religiosa e urbana do município de Escada, evidenciando a centralidade da Igreja Católica na organização do território. Inicia-se com a construção da capela primitiva e a atuação dos primeiros párocos, destacando figuras como Francisco Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, primeiro vigário da paróquia fundada em 1786, seguido por João Zeferino Pires e Simão de Azevedo Campos, que contribuíram significativamente para o desenvolvimento religioso e social da localidade.

Em seguida, o banner continua a apresentar os marcos legais da evolução administrativa de Escada, com sua elevação de freguesia à

vila em 1854 e, posteriormente, à categoria de cidade em 1873. Por fim, destaca-se a construção do Templo Matriz de Nossa Senhora da Apresentação da Escada, inaugurado em 1874, símbolo da consolidação da fé católica e do crescimento urbano do município, marcando definitivamente sua estruturação enquanto centro religioso, político e social.

O projeto teve como proponente o Secretário de Cultura do Município de Escada, Amaro Francisco dos Santos Junior, com direção de arte de João Paulo de Lima e pesquisa desenvolvida pelo professor e pesquisador Mestre Dimison Cesar Vieira Gomes. A identidade visual voltada à temática indígena foi elaborada pelo designer gráfico e ilustrador João Marinho Chinaski, contando ainda com contribuições do historiador Doutor Arthur Danillo Castelo Branco de Souza e do designer Antonio Francisco de Sousa Junior na organização do acervo referente ao baronato escadense.

Como inovação, foi instalado no hall de entrada um totem digital com o acervo do Museu Cícero Dias digitalizado, incorporando recursos tecnológicos desenvolvidos por Douglas Antônio Silva de Lima e equipe. Além disso, foram implementados recursos de acessibilidade comunicacional por meio de QR codes com audiodescrição, ampliando o acesso ao conteúdo expositivo. Ressalta-se, ainda, que o espaço já dispõe de acessibilidade arquitetônica em sua área inferior, reforçando o compromisso com a inclusão e a democratização do acesso à cultura.

1. ESCADA, TOPÔNIMO QUE DERIVA DA INVOCAÇÃO A NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO DA ESCADA

A primeira informação acerca da origem de Escada que precisa ser assegurada e amplamente difundida entre a população escadense diz respeito justamente à origem do nome “Escada”, que está diretamente relacionada à devoção mariana e não às versões lendárias que circulam no imaginário popular e que foram muito bem salvaguardadas no livro: “Lendas, Mitos e Histórias da Terra dos Barões” pela renomada professora e historiadora Mariinha Leão.

O topônimo “Escada” deriva da invocação a Nossa Senhora da Escada, também conhecida como Nossa Senhora da Apresentação da Escada ou Nossa Senhora da Conceição da Escada, e não da narrativa da escada escavada na encosta da ladeira, a qual hoje denominamos Rua Vigário Simão.

A denominação de Nossa Senhora da Apresentação da Escada remete à tradição cristã do oriente médio que narra o momento em que Maria, ainda criança, é apresentada a Deus aos pés da escada do Templo de Jerusalém e ali foi deixada para ser educada na fé judaica. O gesto simboliza sua elevação espiritual e sua entrega plena ao desígnio divino, tornando-se imagem de consagração, pureza e disponibilidade à vontade de Deus.

A devoção à apresentação de Maria tem suas origens por volta do século VII, difundindo-se progressivamente no mundo cristão. Já a celebração litúrgica do dia 21 de novembro consolidou-se a partir do século XIV, passando a integrar oficialmente o calendário da Igreja Católica como memória dessa entrega e consagração.

Já o título de Nossa Senhora da Conceição da Escada está associado à devoção dos marinheiros portugueses, em especial à Nossa Senhora da Conceição. Em ato de fé e piedade, os marinheiros

subiam uma escadaria para alcançar a capela dedicada à santa às margens do rio Tejo, em Lisboa.

Essas duas tradições, a bíblica e a marítima, convergem simbolicamente na devoção trazida ao Brasil, representando tanto o enraizamento da fé católica quanto o movimento histórico de evangelização e colonização que marcou a formação de muitas cidades luso-brasileiras. Em relação ao nome de Escada, o texto que encontramos na Enciclopédia dos Município Brasileiros (1958, p. 105-106) afirma o seguinte:

> *Conta-se que a denominação de Escada provém do fato de o missionário, encarregado da catequese dos índios, ter resolvido erigir, no alto do morro onde se acha a atual matriz, um nicho para Nossa Senhora d'Apresentação (invocação preferida por ele, entre as demais que a Virgem tem), mandando fazer, para mais fácil ascensão à sumidade onde estava o nicho, uma escada, cujos degraus assentavam sobre a gleba que constituía a colina. E como o chamassem de Nossa Senhora da Escada, o aldeamento insensivelmente foi se denominado também Escada. (Enciclopédia, 1958, p. 105-106).*

Segundo a narrativa apresentada pela Enciclopédia, a denominação de Escada teria origem na escolha realizada pelo missionário responsável pela catequese indígena no aldeamento. Em razão de sua devoção mariana, o núcleo missionário passou a ser denominado Aldeamento Nossa Senhora da Escada, estabelecendo,

assim, uma relação direta entre a fé do religioso, a organização do espaço catequético e a consolidação do topônimo que, posteriormente, identificaria a localidade.

Já o padre Francisco Raimundo da Cunha Pedrosa, o Vigário Pedrosa, que foi designado como quarto pároco da paróquia de Nossa Senhora da Apresentação da Escada, afirmou:

> *Não parecia ter a origem do título "Escada" similaridade com a escada feita para a acessar a antiga ermida. [...] Pois em outras partes do país há igual título dado à S.S. Virgem da Apresentação sem aliás seja montanhoso o sítio em que esteja colocada a igreja ou capela sob o título de N. Sra. da Escada. (Pedrosa, 1910, p. 03).*

A análise realizada pelo Vigário Pedrosa, ao enfatizar que o caráter montanhoso do terreno não constitui elemento determinante para a origem do título, revela-se relevante para o cerne da questão, pois desloca o foco explicativo da dimensão geográfica para uma interpretação de natureza essencialmente devocional que começou a se constitui com a chegada da imagem de Nossa Senhora da Escada.

Foi entre os anos de 1593 e 1594 que teria chegado ao território de Escada a imagem de Nossa Senhora da Apresentação da Escada, cuja devoção se consolidou profundamente entre os habitantes locais. De acordo com Leite (1930, p. 497) "a ânua de 1594 dá à Aldeia de Nossa Senhora da Escada o título de Virgem Augustíssima. Nesta

Aldeia se praticavam os habituais exercícios de piedade e instrução religiosa e incitava-se a gente a sentimentos de caridade cristã".

Os registros indicam ainda que duas imagens de Nossa Senhora da Escada foram enviadas de Portugal ao Brasil com o propósito de disseminar a devoção mariana e fortalecer a catequese entre os povos indígenas. Uma dessas imagens teria sido destinada à região de Barueri, em São Paulo, e a outra à capitania de Pernambuco, mais precisamente à área onde se formaria o aldeamento indígena de Escada, ligado à missão de evangelização conduzida por religiosos portugueses.

Atualmente, a imagem de Nossa Senhora que encontra-se no Santuário da Igreja Matriz da Apresentação da Escada passou por estudos e restauros,[2] realizados por renomados restauradores pernambucanos, que atestam que a imagem de Nossa Senhora da Apresentação da Escada possui características estilísticas e técnicas, compatíveis com a produção portuguesa dos séculos XVI e XVII, fato que reforça a autenticidade e o valor histórico da peça.

Outra imagem de Nossa Senhora da Apresentação da Escada, cuja confecção é atribuída aos indígenas de Escada, encontra-se atualmente na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, reforçando a permanência material da devoção mariana no espaço religioso local.

De acordo com Pereira (2022, p. 42) "segundo relatos colhidos oralmente, foi a imagem que estava aos cuidados de tradicional família escadense, colocada após acurada pesquisa e "re(encontro)" pelo padre Geraldo Leite Bastos (1934-87) neste simbólico nicho dedicado à Santa na igreja Matriz". (Pereira, 2022, p. 42). A

informação evidencia não apenas o valor histórico da peça, mas também o esforço de ressignificação e reintegração do patrimônio devocional à memória coletiva da comunidade escadense.

Portanto, ao trazer à tona essa reflexão, buscamos afirmar, sem portanto diminuir as narrativas orais e as tradições populares que o nome do município de Escada não se deu em razão da referida escada escavada no barro pelos indígenas Mariquitos, Potiguares e Tabajaras, nem tampouco foram estes os povos originários que habitaram o Aldeamento de Escada, fundado nos fins do século XVI.

Assumimos, assim, o compromisso com a história enquanto campo científico, fundamentado na crítica documental e no rigor metodológico, apresentando a versão histórica dos fatos, sustentada por fontes e evidências, e não uma versão "estórica", entendida como narrativa simbólica ou tradição oral desvinculada de comprovação historiográfica.

2. "ESCADA, CIDADE DE HERANÇA RELIGIOSA E DE TRADIÇÃO CATÓLICA"

Essa afirmação, apresentada no título, foi desenvolvida em minha pesquisa de mestrado acerca da atuação do padre e compositor Geraldo Leite Bastos no município de Escada, publicada no ano de 2023 pelo Programa de Pós-Graduação em Música da UFPE. Nela, afirmo que Escada carrega o "ostentoso" título de "Terra dos Barões". Contudo, mais do que um epíteto vinculado à aristocracia açucareira, o município pode ser compreendido como um território marcado por uma profunda herança religiosa e por uma sólida tradição católica.

Nesse sentido, a presença do catolicismo na formação histórica de Escada ultrapassa quatro séculos, remontando ao período colonial brasileiro, quando práticas religiosas, irmandades e estruturas eclesiásticas passaram a integrar a organização social local.

A Igreja Católica, embora tenha desempenhado papel central na educação religiosa, na organização comunitária e na formação cultural, também esteve inserida no projeto colonial português. Em diferentes momentos, suas estruturas e discursos foram utilizados como instrumentos de catequização, controle social e legitimação da escravidão de povos indígenas e africanos, sustentados por interpretações teológicas e dispositivos legais da época.

O catolicismo em Escada manifesta-se, portanto, em costumes, vivências e identidades construídas ao longo de aproximadamente 240 anos de institucionalização religiosa, a partir da fundação da Paróquia de Nossa Senhora da Apresentação, em 1786. Esse legado contribuiu para a formação de gerações que compreendem a fé, a herança e a tradição não apenas sob uma perspectiva afetiva e devocional, por vezes ufanista, mas também a partir de uma abordagem científica, histórica, social e cultural. De acordo com Silva (1995, p. 37) uma das informações mais antigas da presença:

> *(...) portuguesa na região onde mais tarde seria criada a Aldeia da Escada, remontam a fins do século XVI, quando religiosos fransciscanos seguiram para o rio Una ou Iguana em 1593 e entre os índios Caetés "no extremo Sul da Paróquia de São Miguel de Iguna" fundaram uma Missão que estendeu-se até o Porto de Pedra, em Alagoas." (Silva, 1995, p. 37).*

De acordo com Leite (1930, p. 496), "em 1592, aparecem, dependentes do Colégio de Pernambuco, quatro aldeias: a de S. Miguel, a de Nossa Senhora da Escada ou da Apresentação, a de Gueena e a da Paraíba". O autor acrescenta ainda que: "no fim do século, existiam, dependentes de Pernambuco, a missão do Rio Grande, a Aldeia de S. Miguel e a Aldeia de Nossa Senhora da Escada; e moravam, em cada uma delas, dois jesuítas" (Leite, 1930, p. 496).

Essas informações são particularmente relevantes, pois indicam a existência do aldeamento de Nossa Senhora da Escada já em 1592, com a presença efetiva de missionários da Companhia de Jesus. Silva (1995), por sua vez, menciona a atuação franciscana no território, inclusive entre os Caetés. No entanto, Leite (1930) apresenta uma data anterior à indicada por Silva, além de registrar explicitamente a presença de dois jesuítas no aldeamento de Escada.

Dessa forma, o confronto entre as fontes evidencia não apenas a complexidade do processo missionário na região, mas também a

necessidade de uma análise crítica das cronologias e das ordens religiosas envolvidas na formação histórica do território escadense.

Já a presença Caetés no litoral e na Mata Sul pernambucana remonta ao período anterior ao "descobrimento" do Brasil. Perseguidos pela devastadora ação da colonização portuguesa e pela intensa atuação missionária, que visava corrigir os números de católicos através da Contra-Reforma Protestante, os Caetés travaram batalhas e mais batalhas para defender suas terras. A extinção dos Caetés possibilitou, em grande medida, a chegada invasora dos grandes engenhos de produção e cultivo da monocultura da cana-de-açúcar, em Pernambuco.

Em relação aos franciscanos: de acordo com a edição "Personagens" do jornal Pernambuco Imortal (n.d. p. 137) a presença franciscana no Nordeste, sobretudo dos Capuchinhos, é uma constante desde o período colonial, quando os frades se dirigiram para o sertão a fim de se dedicar à catequese, juntamente com outras ordens religiosas.

Ferreira (2006, p. 12) em sua pesquisa acerca do Aldeamento indígena de São Miguel de Barreiros, afirma que em 1590 a aldeia de Nossa Senhora da Escada, compreendia um dos mais antigos aldeamentos ao sul de Pernambuco, juntamente com a Aldeia de Iguna.

Ferreira (2006, p. 159) destaca ainda que além do aldeamento missionário de Escada ser um dos mais antigos de Pernambuco, tratava-se de um espaço colonial onde inicialmente ensaiavam-se as reduções de etnias falantes do Tupi, como [a] dos índios Caetés". Contudo, é importante destacar que a chegada dos colonos ao território indígena possibilitou uma forte agressão não apenas à

língua, mas também à cultura e à religiosidade, as quais repentinamente tiveram que se adaptar aos hábitos portugueses.

Os relatos apresentados comprovam que o município de Escada, a contar a partir da presença dos religiosos franciscanos, contabiliza ao longo dos anos mais de 430 anos de presença religiosa. Outro ponto importante é que o relato de Silva (1995, p. 37) destaca a presença dos religiosos franciscanos entre os índios Caetés e não entre os povos Mariquitos, Potiguares e Tabajaras.

O professor Marcos Pereira, em seu artigo intitulado “Aldeia de N.ª Sr.ª da Escada: história e devocionismo”, baseado nos relatos da História da Companhia de Jesus no Brasil, afirma que “a aldeia de N.ª Sr.ª da Escada surge a partir de 1590, sendo formada por índios das etnias Mariquitos, Potiguares e Tabajaras, fundada e supervisionada por padres jesuítas da Companhia de Jesus” (Pereira, 2022, p. 37).

Entretanto, ao analisarmos a citação ipsis litteris nas fontes jesuíticas mencionadas, não encontramos, de maneira explícita, a comprovação documental da presença conjunta dos povos Mariquitos, Potiguares e Tabajaras no período descrito.

Tal constatação exige cautela interpretativa, indicando a necessidade de aprofundamento na investigação das fontes primárias, a fim de verificar em que medida essa composição étnica está efetivamente registrada ou se resulta de uma leitura posterior articulada por outros documentos ou tradições historiográficas.

Para sustentar a afirmação de que os indígenas caetés foram os primeiros povos a habitar o território onde hoje se localiza o município de Escada, é necessário recorrer às evidências linguísticas que revelam a presença e permanência desses povos na região.

Nesse sentido, o pesquisador Sivaldo Correia Silva (2014 p. 9), em sua dissertação de mestrado sobre a toponímia do Vale do Rio Ipojuca, “identificar os principais elementos motivadores presentes nos topônimos de possível origem indígena e africana ao longo do Vale do Rio Ipojuca, com base em cartas do IBGE (2010) dos municípios de Ipojuca, Escada, Chã Grande, Gravatá, Bezerros, Caruaru”, (...) entre outros. Portanto, a toponímia, ou seja, o estudo da origem dos nomes de lugares, evidencia um importante vestígio dessa herança indígena local.

Diversos topônimos tupi-guarani encontrados em Escada e arredores possuem raízes na língua tupi, como, por exemplo, **Massauassu** (grande massa de água), **Timbuassu** (timbó grande), Ipojuca, Paraguassu, Matapiruma, Jaguaribe, Jiguí, Pirapama, Sapucaji, Camaçari, Arandú, Aripibú, Arinumam, cabronema, Jundiá, Pirauira, entre outros.

Esses nomes, atribuídos a partir do processo de colonização e conquista do território de Escada, preservam marcas da ocupação indígena anterior à chegada dos colonizadores. O sufixo “açu”, por exemplo, recorrente em vários desses termos, significa “grande” em tupi, sendo uma das mais evidentes provas da influência linguística e cultural dos povos originários.

Dessa forma, a permanência desses topônimos no vocabulário geográfico de Escada testemunha a resistência simbólica da língua e da cultura indígena caeté, que, mesmo diante da dominação colonial, deixou impressões duradouras na paisagem e na identidade cultural escadense.

Tal constatação reforça os argumentos apresentados por Silva (1995) e Ferreira (2006), que destacam a existência de marcas indígenas como evidências históricas da presença e da influência dos povos originários na formação territorial e cultural da região. A resistência toponímica, nesse sentido, constitui-se como mais um elemento narrativo e documental que corrobora a centralidade da herança caeté na constituição identitária de Escada.

Essa discussão nos faz sugerir que a escrita desses topônimos seja revisada. É necessário requerer, por meio dos poderes Legislativo e Executivo, a correção ortográfica dos nomes de origem indígena, considerando que devem seguir as normas gramaticais específicas aplicadas às palavras de origem tupi-guarani, as quais preveem, em alguns casos, o uso da cedilha.

Essa revisão não é apenas uma questão de ponto de vista linguístico, mas também cultural e identitária. É uma reparação histórica à agressão à língua dos povos originários. Quando a grafia original é alterada, como ocorre, por exemplo, com o nome da comunidade de **Maçauaçu**, frequentemente escrito com “ss” em vez de “ç”, perde-se a referência direta à herança indígena do território.

A escrita incorreta desses topônimos, portanto, contribui para o apagamento simbólico da presença indígena na história local. Assim, proteger a grafia correta é um ato de resistência, respeito à memória e ao pertencimento cultural dos povos originários, reforçando o vínculo entre a língua, a história e a identidade do lugar.

3. REVIRAVOLTA: A INVASÃO HOLANDESA E A RETOMADA DO QUILOMBO DOS PALMARES

A retomada do Quilombo dos Palmares (1694) e a Invasão Holandesa em Pernambuco (1630-1654) também possibilitaram uma grande reviravolta na história do aldeamento indígena de Escada. Sob a missão jesuíta, uma das missões responsáveis pela catequese indígena no território de Escada, os holandeses controlavam boa parte do litoral da Capitania de Pernambuco, tendo os religiosos que abandonar o aldeamento em 1635.

É necessário distinguir, neste contexto, dois momentos distintos relacionados à expulsão dos jesuítas. O primeiro ocorreu em 1635, no âmbito da ocupação holandesa em Pernambuco, quando se deu a retirada forçada dos membros da Companhia de Jesus das áreas então dominadas pelos neerlandeses. Tratou-se de uma consequência direta do conflito político-militar, que inviabilizou a permanência dos religiosos ligados à Coroa portuguesa nos territórios ocupados.

Na retomada de Pernambuco sob domínio holandês, promovida pelos portugueses, os indígenas Potiguares, oriundos do Rio Grande do Norte, e os Tabajara, da Paraíba, se juntaram aos lusitanos na promessa de receberem léguas e sesmarias de terras no Aldeamento da Escada.

Além da retomada de Pernambuco do domínio holandês os indígenas também ajudaram os portugueses, sob a mesma promessa de recebimento de terra, no desmonte do Quilombo dos Palmares, fato que aconteceu bem antes do domínio holandês, em Pernambuco.

Galvão (1927, p. 466) afirma que “a carta régia de 22 de janeiro de 1588, mandou dar aos índios, como recompensa dos serviços

prestados na guerra e conquista dos Palmares, quatro léguas de terra para aldeamento e plantações".

Isso porque os primeiros registros de ações militares contra o Quilombo dos Palmares remonta à década de 1590. Os primeiros registros documentais de expedições repressivas datam de 1597, quando autoridades coloniais portuguesas já organizavam entradas armadas para combater os mocambos formados na Serra da Barriga, então pertencente à Capitania de Pernambuco. Nota-se inclusive que a carta régia foi publicada cinco anos antes da data apresentada por (Silva, 1995, p. 37). Costa (1983, p. 462) também relata, se referindo a fins do século XVII, a:

> *(...) doação de quatro léguas de terras em quadro, que lhes fêz o governador Caetano de Melo de Castro, em virtude da carta régia de 28 de janeiro de 1698 por serviços prestados ao estado, naturalmente no período da campanha contra os holandeses; cujo patrimônio foi depois aumentado pelo governador Henrique Luís Pereira Freire (...) com mais uma légua de terra em quadro no lugar denominado Serra da Rôla, no distrito de Ipojuca. (Costa, 1983, p. 462).*

Para Costa (1983) este é o momento que marca o surgimento do Aldeamento da Escada. Silva (1995, p. 37) também relata, referindo-se a "registros do século XIX", de várias doações de sesmarias e léguas de terras doadas aos indígenas de Escada. Portanto, **como poderiam os Mariquitos, os Potiguares e os Tabajaras terem sido**

os primeiros povos indígenas de Escada se as terras foram doadas a eles?

É possível levantar a hipótese, a partir dos relatos, de que não foram estes os povos originários do território de Escada mas sim os Caetés e que “entre esses sabe-se terem existido os povos chamados “Mariquitos, Potiguares e Tabajaras”, conforme afirma Ferreira (1958, p. 105) por meio dos relatos da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.

Já o segundo momento da expulsão jesuíta corresponde à medida oficial decretada por ordem do Marquês de Pombal, no contexto das reformas pombalinas. Em 1759, a Companhia de Jesus foi formalmente expulsa de todos os territórios do Império Português, incluindo o Brasil, decisão que marcou o rompimento definitivo entre o Estado português e a Ordem. Pereira (2022, p. 39) afirma que: “os jesuítas foram expulsos em 1759 e que até o ano de 1600 a aldeia da Escada era supervisionada pelos padres portugueses Pero Leitão, Afonso Gonçalves e João Pinto”.

Foi após a expulsão dos jesuítas que muitos indígenas passaram a retornar às matas, afastando-se dos antigos núcleos de aldeamento. Esse contexto ajuda a compreender o pedido do governador da província de Pernambuco, João da Cunha Souto Maior, dirigido ao sargento-mor e comandante da aldeia de Escada, para que os indígenas abandonassem o mato e se recolhessem aos ranchos, restabelecendo a organização sob controle colonial.

> *Mediante uma carta redigida em 3 de julho de 1685 pelo governador da província pernambucana João da Cunha Souto Maior ao sargento-mor e comandante da aldeia "determinando-lhe que fizesse os índios abandonarem o mato para se recolherem aos ranchos e casas de aldeia, continuassem com as obras da igreja e cuidassem da lavoura" (FIDEPE, 1982, p. 18).*

Após a presença jesuítica, Silva (1995, p. 37) afirma que a missão do Aldeamento da Escada foi substituída pelos padres Oratorianos em 1670, quando foi fundada a Aldeia da Nossa Senhora da Apresentação do Ipojuca da Escada, com "Caboclos ou índios de língua geral", conforme também afirma a FIDEPE (1982, p. 18):

> *Após a expulsão dos jesuítas a aldeia de "N.ª Sr.ª da Conceição da Escada" passou a ser dirigida por padres da Congregação do Oratório da Madre de Deus do Recife. Uma vez que das missões de assistência perpétua nas aldeias de gentios caboclos da língua geral e Tapuias, a missão do Ipojuca passou a ser conhecida por volta de 1746 por "aldeia de N.ª Sr.ª da Escada da freguesia de Ipojuca". (FIDEPE, 1982, p. 18).*

Galvão (1927, p. 466) também só tomou nota da existência do Aldeamento de Nossa Senhora da Escada em data posterior,

afirmando que:

> *Em 1685, já existia o aldeamento de N. Senhora da Escada como se verifica de uma carta authentica do governador João da Cunha Souto Maior, de 3 de Junho d'aquelle anno, ordenado ao director do aldeamento, e dando, entre outras, várias instrucções acerca do bom regime moral e vida christã dos índios. (Galvão, 1927, p. 466).*

Essa mesma informação também é confirmada por Campelo (1919, p. 3) que descreve: "transportando-se ao passado (...) [ter encontrado] as origens deste município em uma aldeia de índios composta das três tribos Potyguares, Mariquitos e Tabajaras, fundada em época muito remota a 3 de Julho de 1685".

Quando trata-se do surgimento do Aldeamento de Escada as datas apresentadas por Silva (1995), Galvão (1927) e Campelo (1919) se aproximam. Campelo (1919) inclusive confirma a afirmação de Galvão (1927), quando cita a existência dos "Potyguares, Mariquitos e Tabajaras" no Aldeamento da Escada. Portanto, o dia 3 de julho de 1685 é a data mais prudente para tomamos como o surgimento do Aldeamento de Escada que faz referência a presença dos povos Mariquitos, Potiguares e Tabajaras.

Essa data, inclusive, coincide com o período das últimas campanhas contra o Quilombo dos Palmares, intensificadas nas décadas finais do Seiscentos, o que permite considerar a possibilidade de que parte desses grupos indígenas tenha sido deslocada, reunida ou

recompensada com terras após sua participação em combates estratégicos promovidos pela Coroa portuguesa. Do mesmo modo, não se pode desconsiderar que alguns desses povos já vinham sendo incorporados às dinâmicas coloniais desde os conflitos contra os holandeses, recebendo terras ou sendo reorganizados em aldeamentos como parte das políticas de ocupação e controle territorial.

Assim, o marco de 3 de julho de 1685 não deve ser compreendido de forma isolada, mas articulado ao cenário político-militar da época, no qual alianças indígenas, guerras coloniais e disputas territoriais contribuíram decisivamente para a formação dos aldeamentos e para a própria configuração histórica da região de Escada. Já para Ferreira (2006, p. 12), essa data não marca a fundação do aldeamento, mas sim, a continuidade da territorialização Tabajara-Potiguar na Mata Sul pernambucana.

4. MARCOS LEGAIS DE ESCADA: DO ALDEAMENTO À CIDADE

Poucos escadenses talvez saibam, mas o município de Escada possui dois marcos zero, dois pontos de referência simbólicos que dialogam com diferentes momentos da formação histórica e urbana da cidade.

O primeiro localiza-se na Igreja de Nossa Senhora da Apresentação da Escada, marco religioso que simboliza o nascimento da fé e da organização sócio-religioso no território. O segundo está no prédio da antiga prefeitura de Escada, atual Câmara dos Vereadores, onde uma discreta insígnia cravada no rodapé da parede externa frontal, assinala o ponto de origem, este, de natureza mais política e institucional.

A coexistência desses dois marcos revela uma interessante dualidade: a Escada da fé e a Escada do poder, duas dimensões que, ao longo dos séculos, se entrelaçam na construção da identidade local. A primeira remonta à formação do aldeamento religioso e à presença catequética dos missionários; a segunda emerge do processo de emancipação civil e administrativa, que consolidou o município como ente político.

Como já vimos, o território de Escada tem suas raízes no período anterior à colonização portuguesa. Por volta de 1500, o território se constituía como uma taba, termo que iremos detalhar mais adiante, habitada pelos povos caetés, primeiros habitantes dessa região. Em 3 de julho de 1685, inicia-se o aldeamento indígena, marco do contato entre colonos e indígenas e, simultaneamente, o início de um processo de catequização e de expropriação cultural. Já em 1757, o aldeamento se transforma em povoação, reunindo indígenas e colonos.

O ano de 1773 é um ponto de inflexão dramático na história escadense pois ocorre a expulsão dos indígenas para o Riacho dos Matos, episódio marcado por conflitos e pela chamada “praga do índio Valentim”, expressão popular que evoca a resistência e o sofrimento indígena diante da colonização.

O professor Marcos Pereira (2022, p. 39, apud Lins, 1952, p. 8) afirma que na inauguração da 2ª seção da linha férrea do Recife a São Francisco na vila da Escada em 2 de dezembro de 1860 “os próprios índios se sentiram desambientados e na Escada ficaram somente os que tinham ofício, ferreiro, carpinteiro [...] e quase todos agrupados na rua [ladeira] dos Mariquitos.”

Em 1786, a povoação é elevada à condição de freguesia, com a fundação da Paróquia de Nossa Senhora da Apresentação da Escada, em 27 de abril, data que se torna um marco religioso e social. De acordo com Pereira (2022, p. 47):

> *A partir de uma provisão canônica e carta régia ambas expedidas em 27 de abril de 1786, ainda no reinado de d. Pedro III de Portugal (1717-86) a então aldeia de N. Sra. da Apresentação da Escada tornasse paróquia e freguesia, tendo sido instalada pelo padre Francisco Cavalcante de Albuquerque Lacerda, seu primeiro vigário. (Pereira, 2022, p. 47).*

Não se conhecem com precisão as contribuições do padre Francisco Cavalcanti de Albuquerque Lacerda. Contudo, é plausível afirmar que sua atuação foi decisiva para a consolidação institucional da Freguesia de Escada, lugar por onde permaneceu até o ano de 1819, como vigário colado.

Após seu paroquiato, sucederam-lhe o padre João Zeferino Pires (1819-1850) e, posteriormente, o padre Simão de Azevedo Campos (1850-1887), este último reconhecido como figura de grande relevância na história religiosa e também civil do município, deixando marcas significativas na organização social e no desenvolvimento local.

A consolidação institucional de Escada seguiu o seu curso. Em 1854, a freguesia foi elevada à categoria de Vila, pela Lei Provincial nº 326,

de 19 de abril, e, posteriormente, em 1873, torna-se cidade, pela Lei Provincial nº 1.093, de 24 de maio.

Por volta da década de 1870, iniciaram-se os trabalhos de construção do templo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação da Escada. O templo, erguido no paroquiato do Vigário Simão de Azevedo Campos e sob a supervisão do arquiteto Frei Caetano de Messina, foi demolido três vezes antes de finalizado no dia 28 de junho de 1874, não mais pelo Frei Caetano de Messina, mas pelo seu sobrinho, que também era frei e se chamava Caetano.

Os relatos de como e por quais motivos se deu o processo de demolição do templo estarão em um artigo, no momento ainda não publicado, que tratará sobre o sesquicentenário do templo, símbolo do poder espiritual e arquitetônico que coroa esse equipamento histórico. O professor e historiador Edson Junior também é autor de um livro sobre a construção do templo, intitulado: Matriz da Escada: Casa de Deus e Patrimônio do Povo.

Essas informações e acontecimentos não são meros registros. Elas configuram etapas de um processo histórico de ocupação, dominação e transformação cultural, que vai da presença indígena originária, passando pela reconfiguração territorial e pela espoliação das terras dos povos originários caetés, pelas doações feitas aos indígenas que combateram os holandeses e os palmarinos, pela expulsão desses povos do território até à consolidação de uma cidade marcada pela fé, pela política e pela memória.

Conhecer a existência dos dois marcos zero é, portanto, reconhecer as múltiplas camadas da história de Escada, uma cidade que nasceu

da confluência entre o sagrado e o civil, entre o chão indígena e a pedra colonial, entre a catequese e a resistência indígena.

5. UM ESTUDO DE CASO EM BAÍA DA TRAIÇÃO

Na tentativa de compreendermos um pouco mais sobre essa territorialização Tabajara-Potiguar que falamos na seção 3, realizamos no dia 15 de outubro de 2025, uma visita a algumas tabas indígenas localizadas em Baía da Traição, na Paraíba, divisa com o Rio Grande do Norte, local onde encontra-se uma comunidade de 33 povos com aproximadamente 22 mil indígenas.

A experiência foi conduzida pelo guia indígena Raoni Potiguara, que nos guiou em um processo de intercâmbio cultural e histórico. Essa vivência nos proporcionou uma troca profunda de saberes, representando, simbolicamente, uma tentativa de refazer o caminho dos indígenas potiguares, reconstruindo memórias e compreendendo os percursos históricos de resistência e permanência dos povos originários.

Durante os diálogos realizados com o professor indígena Ezequiel Maria, refletimos sobre a visão romantizada da convivência em Escada entre os povos Mariquitos, Potiguares e Tabajaras, muitas das vezes representada como harmoniosa e sem conflitos. No entanto, é importante reconhecer que esses povos, assim como outros grupos indígenas, enfrentaram disputas territoriais entre si e a colonização portuguesa.

A narrativa idealizada e romantizada da “coabitação pacífica” ignora as tensões e as políticas de dominação impostas sobretudo pelos colonizadores. Nesse contexto, outro ponto de reflexão diz respeito aos conceitos de “taba” e “aldeamento”.

Enquanto o termo taba, de origem tupi-guarani, designa uma território indígena de organização autônoma, estruturada segundo as práticas culturais, sociais e espirituais de cada povo, o aldeamento foi uma instituição colonial, criada por religiosos e autoridades portuguesas com o propósito de concentrar, catequizar e controlar os indígenas, submetendo-os a um novo modelo de vida imposto pelo colonizador.

Portanto, ao considerarmos a história indígena de Escada, podemos compreender que o território atribuído aos caetés, em 1500, tratava-se, na verdade, de uma taba, isto é, um espaço de convivência indígena autogerido por uma liderança indígena e culturalmente autêntico.

Já o aldeamento, fundado em 3 de julho de 1685, com a presença dos povos Mariquitos, Potiguares e Tabajaras, insere-se no contexto do controle português, sendo estruturado para fins de catequese e disciplinamento, com terras concedidas aos indígenas sob a tutela colonial.

Assim, compreender a diferença entre taba e aldeamento não é apenas uma questão terminológica, mas uma forma de reconhecer o protagonismo dos povos originários e denunciar o processo histórico de subjugação e aculturação ao qual foram submetidos. A distinção entre esses dois termos revela, portanto, dois modos de existir e de se organizar: um livre e autônomo, outro imposto e controlado.

6. O SÍTIO PICHAR E O SÍTIO OLHO D'ÁGUA: VESTÍGIOS DAS CIVILIZAÇÕES ORIGINÁRIAS

Dois importantes sítios históricos localizados na Zona Rural de Escada, na Zona da Mata Sul de Pernambuco, o Sítio Pichar e o Sítio Olho d'Água, continuam a guardar preciosos vestígios das civilizações originárias brasileiras e da presença negra escravizada.

Fotografias recentes captadas por moradores revelam elementos materiais que remontam mais de 500 anos de história e resistências silenciadas pelo tempo. Entre os registros visuais, destacam-se possíveis pinturas do período colonial brasileiro e utensílios indígenas, como uma cuia de pedra utilizada para moer ervas, ainda fixada na rocha.

Esses objetos atestam a ocupação ancestral e o modo de vida dos primeiros habitantes do território escadense, anteriores à colonização portuguesa e à instalação dos engenhos de produção de açúcar.

De acordo com relatos orais preservados pela comunidade, o Sítio Pichar era utilizado pelos povos indígenas como área de caça, devido à sua vegetação densa e à presença abundante de fauna.

O senhor Otaviano Raimundo de Melo, morador local de 86 anos, afirma ter testemunhado, ainda na juventude, ex-escravizadas trabalhando na região, o que reforça a sobreposição histórica da presença indígena e africana no mesmo espaço geográfico. Outros moradores também preservam narrativas passadas de geração em geração, reforçando a importância dos saberes tradicionais e da memória oral como forma de resgate da história não oficial. "Ali era mato fechado e se faziam armadilhas. Me contaram que os índios caçavam muito por ali", diz um dos relatos locais.

Visitei o local acompanhado pelo nativo Klebson Caio Silva de Melo para uma investigação mais aprofundada, com vistas à documentação e preservação do patrimônio arqueológico e cultural da região. Diferentemente de locais como o Engenho Matapiruma, símbolo da civilização açucareira e da elite canavieira, os Sítios Pichar e Olho d'Água não possui vestígios de casa-grande nem engenho de cana-de-açúcar, o que reforça o caráter autônomo e ancestral da ocupação indígena.

Sua importância histórica está ligada não à monocultura, mas à ancestralidade e aos modos de vida dos povos originários que habitavam a região muito antes da colonização. Vale destacar que Escada tem sido palco de significativos movimentos de retomada da identidade indígena. Nos dias 12 e 13 de abril de 2025, foi fundado o Museu dos Povos Marikitos, o primeiro do gênero no município, com o objetivo de salvaguardar a história, os saberes e a espiritualidade dos povos indígenas que habitam a cidade e seu entorno.

Essas descobertas recentes vêm fortalecer o entendimento de que a história de Escada não começa com os engenhos e com a colonização, mas com os povos originários que viveram e resistiram naquele território, deixando marcas que agora começam a ser reconhecidas com o devido respeito.

A valorização desses sítios e a escuta dos moradores antigos são passos fundamentais para resgatar uma história muitas vezes apagada pelos registros oficiais. Preservar esses vestígios é preservar a memória coletiva de um Brasil profundo, ancestral e diverso.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo desta pesquisa evidenciou que a compreensão da história de Escada não deve se limitar a uma abordagem estritamente cronológica ou positivista, centrada apenas em datas e eventos. Ao contrário, torna-se fundamental considerar os processos históricos, as dinâmicas sociais, os sujeitos envolvidos e os interesses que permeiam a construção das narrativas históricas.

No que se refere aos povos indígenas do território, verificou-se a ausência de consenso quanto à origem e à identidade de determinados grupos, especialmente os chamados Mariquitos. Conforme observado em Ferreira (2006), não há menção direta a esse povo, o que levanta questionamentos acerca de sua origem. Nesse contexto, considera-se como hipótese a possibilidade de os Mariquitos constituírem uma ramificação dos povos Caetés, que teriam se refugiado nas matas da região como estratégia de sobrevivência diante da violência do processo colonial.

Essa hipótese é reforçada pela ausência de registros contemporâneos de descendentes identificados como Mariquitos, ao contrário do que ocorre com os povos Potiguaras e Tabajaras, cujos remanescentes ainda são reconhecidos em outras regiões do Nordeste. Tal lacuna documental pode indicar não um desaparecimento espontâneo, mas os efeitos das políticas de extermínio, repressão e deslocamento impostas pelos colonizadores.

Elementos da memória local, como a Ladeira dos Mariquitos e o cemitério indígena mencionado por Mariinha Leão, configuram-se como importantes indícios históricos que contribuem para essa interpretação. Do mesmo modo, descrições como a de Pereira (2022) sugerem uma organização espacial típica dos aldeamentos

missionários, enquanto interpretações divergentes, como a de Pedrosa (1986), apontam para a necessidade de aprofundamento das investigações sobre a configuração urbana e religiosa da região.

Dessa forma, a pesquisa evidencia a complexidade das relações entre os povos indígenas, os agentes colonizadores e as instituições religiosas, destacando o papel das missões não apenas como instrumentos de catequização, mas também como mecanismos que, em certa medida, possibilitaram a permanência e reorganização desses povos em novos contextos.

Em relação ao problema central da pesquisa, conclui-se que o topônimo “Escada” não se origina da construção de escadas pelos indígenas, conforme amplamente difundido no imaginário popular. As evidências analisadas indicam que sua origem está associada à devoção a Nossa Senhora da Apresentação da Escada, vinculada ao processo de catequização e à presença religiosa no território.

Como contribuição, este estudo propõe uma revisão crítica das narrativas tradicionais sobre a formação histórica do município, valorizando abordagens fundamentadas em evidências documentais e na análise historiográfica. Além disso, reforça a importância de reconhecer e preservar a memória dos povos originários como elemento central na construção da identidade cultural local.

Esta pesquisa também contribuiu para fundamentar o processo de requalificação do Espaço Cultural Museu Cícero Dias, realizado com incentivo da Política Nacional Aldir Blanc, no âmbito do Estado de Pernambuco.

Por fim, destaca-se como limitação a escassez de fontes documentais específicas sobre determinados grupos indígenas, o que evidencia a necessidade de novas investigações. Sugere-se, portanto, o aprofundamento de estudos interdisciplinares, especialmente nas áreas de arqueologia, etno-história, educação e cultura e linguística, que possam contribuir para uma compreensão mais ampla e precisa da presença indígena no território de Escada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018.

COSTA, Francisco. Augusto. Pereira. **Anais Pernambucanos 1740-1794.** Pref. de José Luiz Mota Menezes. Aditamentos e correções de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife. 1983.

CAMPELO, Samuel. Carneiro. Rodrigues. **Escada e Jaboatão: Memórias apresentadas ao VI Congresso de Geographia Brasileiro.** Recife, 1919.

FRAGOSO JÚNIOR, Edson. Souto. **Matriz da Escada: Casa de Deus e Patrimônio do Povo.** Escada, PE: Editora Ser Poeta, Vol. 1, ano: 2024.

FUNDAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE PERNAMBUCO. (FIDEPE). Escada. Recife, 1982, v. 9 p. 66. (Monografias Municipais).

FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1984. v. 6 (Coleção pernambucana - 2ª fase, 7).

FERREIRA, Lorena. Melo. *São Miguel de Barreiros: Uma aldeia indígena no Império*. Dissertação de mestrado, Recife, 2006.

GOMES, Maria. José. Leão. Portela. **Lendas, Mitos e Histórias da Terra dos Barões.** 2ª edição. Escada, 2001.

GALVÃO, Sebastião. Vasconcelos. **Diccionario Chorographico, Historico e Estatistico de Pernambuco.** S a Z, terceira edição. Rio de Janeiro, 1927.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil:** século XVI, o estabelecimento. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: 1938. Tomo I. Disponível em: https://archive.org/details/leite-serafim-1938-historia-da-companhia-de-jesus-no-brasil-tomo-1/page/n539/mode/2up. Acesso em: 03 nov. 2025.

PEDROSA, Francisco. Raymundo. Cunha. **Por que se chama Escada.** Escada: Retrospecto Paroquial, 1 de janeiro de 1910.

PEDROSA, Manuel. Xavier. Vasconcellos. **O Vigário da Escada.** Biografia de Pe. Francisco Raimundo da Cunha Pedrosa. Notas de Alcindo Correia Pedrosa. Centro de Estudos de História Municipal. Recife, 1986.

PEREIRA, Marcos. Vinícius. Melo. **Aldeia de N. Sra. da Apresentação da Escada: história e devocionismo.** Ciências da religião em contexto e debate / Eraldo Ribeiro Tavares organizador; dedicatória João Batista. Recife: Libertas, 2022. 150p. : il.

SILVA, Hely. *O lugar do Índio. Conflitos, Esbulhos de Terras e Resistência Indígena no Século XIX: O caso de Escada-PE***.** (1860-1880). Dissertação de Mestrado. Recife, 1995.

SILVA, Sivaldo. Correia. **Toponímia Afro-indígena do Vale do Ipojuca.** Dissertação de Mestrado. Recife: 2014. 184 p.: il.

---

[1] Maestro, professor e pesquisador. Licenciado e Mestre em Música e Sociedade pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor da Rede Municipal de Tamandaré, da Rede Estadual de Pernambuco e da Faculdade da Escada – FAESC.

[2] Você pode acessar o vídeo disponível no link: https://www.youtube.com/watch?v=ghZJdEVreBo